



Eixo 4: Ensino da Geografia Agrária e Educação do Campo

**ANÁLISE DE DIRETRIZES E NORMAS EDUCACIONAIS COMO PROPOSTA
AO ACESSO À EDUCAÇÃO DO CAMPO E À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

¹JORCELINO, Tallyrand Moreira; ²CERQUEIRA-STREIT, Jorge Alfredo²

¹Universidade de Brasília (UnB). Engenheiro Agrônomo, Biólogo, Pedagogo – Especialista

Email: tallyrand.moreira@gmail.com

²Universidade de Brasília (UnB). Administrador – Mestre

Email: jorgealfredocs@gmail.com

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar as diretrizes e normas do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior à luz das legislações vigentes como contribuição à valorização e melhoria das iniciativas dos programas educacionais no Brasil voltados à Educação do Campo e ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e à distância. Assim, adota-se o método de revisão bibliográfica, onde por meio de análise documental de dados disponíveis em portais institucionais de organizações públicas visa conhecer as iniciativas de programas, projetos e ações de cursos voltados a professores, gestores e representações líderes da sociedade civil na área da Educação do Campo. Por meio de cadastro no Sistema e-MEC dois cursos de licenciatura e quatro cursos de especialização em Educação do Campo são ofertados na modalidade ensino a distância. Essa pesquisa exploratória não é exaustiva, necessitando assim a continuidade de pesquisas futuras com valorização da Educação do Campo e da educação a distância, considerando as especificidades, diversidades e opções de modais de transportes das regiões e biomas brasileiros, e as tendências das políticas educacionais brasileiras. As expertises das equipes multidisciplinares das instituições de ensino superior podem ser aprimoradas, unindo esforços para ampliar cada vez mais as experiências de cursos ofertados nas modalidades de ensino presencia, semipresencial e a distância, com um foco na oferta de cursos de graduação e pós-graduação em Educação do Campo, de forma institucional, perpassando propostas e regimentos de cursos à aprovação das altas instâncias da instituição, em respeito ao plano de desenvolvimento institucional, à missão, visão e valores da instituição, e às legislações educacionais vigentes, como apoio à capacitação e à formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica nas escolas rurais em municípios, nos Estados e no Distrito Federal.

Palavras-chave: Educação do Campo. Experiência educacional. Política pública.

INTRODUÇÃO

A construção dos programas de capacitação e a oferta de cursos de extensão, de aperfeiçoamento, de formação técnica, de graduação e de pós-graduação na modalidade ensino a distância têm sido cada vez mais incentivadas por formuladores de políticas públicas e gestores educacionais brasileiros em prol do aumento do número de vagas da formação inicial e continuada para profissionais com atuação na Educação do Campo.

O público beneficiário de um curso em Educação do Campo consiste, prioritariamente, nos profissionais da educação dos sistemas públicos de ensino, educadores que têm experiência e/ou atuam em Educação do Campo e que possuem formação mínima de ensino médio concluído (UFMG, 2012).

A preocupação com a formação desses profissionais têm garantido apoio do governo federal, estadual e distrital na otimização de recursos necessários ao planejamento, implementação e gestão dos cursos presenciais e por meio da educação a distância – EaD. Decretos, diretrizes, instruções normativas, leis, ofícios circulares, portarias educacionais oriundos do Ministério da Educação – MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes contribuem para a institucionalização da EaD nas instituições de ensino superior públicas.

O artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, e prevê que o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. Uma prova disso é a recente regulamentação desse artigo pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 1996 e 2017).

Caracteriza-se a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação – TICs (BRASIL, 2005). Em complemento, MEC (2016) cita a necessidade de pessoal multidisciplinar qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que propicie maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino-aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação - professores, tutores e gestores -, que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

OBJETIVO

Analisar as diretrizes e normas do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior à luz das legislações vigentes como contribuição à valorização e melhoria das iniciativas dos programas educacionais no Brasil voltados à Educação do Campo e ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e à distância.

METODOLOGIA

Adota-se a revisão bibliográfica exploratória, onde por meio de análise documental de dados disponíveis em portais institucionais de organizações públicas visa conhecer as iniciativas de programas, projetos e ações de cursos voltados a professores, gestores e representações líderes da sociedade civil na área da Educação do Campo.

RESULTADOS PRELIMINARES

No dia 27 de abril de 2017 o plenário do Conselho Federal de Administração – CFA aprovou a similaridade à Administração dos cursos de bacharelado em Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas e Gestão Social (CFA, 2017). Similaridades como essa também é vista na área de Geografia. Pela tabela de áreas de conhecimentos elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes há referência à geografia humana, geografia da população, geografia agrária, geografia urbana, geografia econômica, geografia política, geografia regional, teoria do desenvolvimento regional, regionalização, análise regional (CAPES, 2017).

As organizações espaciais, constituídas pela sociedade, têm se caracterizado por um processo de mudanças nas formas de combinar os elementos sociais e naturais. A indissociabilidade espaço/tempo é uma característica fundamental da análise geográfica e passa pelo entendimento de como o homem reagiu e vem reagindo às influências da natureza ao longo do tempo (FERREIRA, 2001).

Pela historiografia brasileira, a agricultura tem tido importância econômica e contribui para a soberania alimentar e geração de emprego e renda. Segundo Ferreira (2000) a modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento na concentração da renda e da terra, os conflitos sociais são alguns dos novos elementos de

análise da atividade agrícola, onde profissionais multidisciplinares vêm acompanhando essas mudanças e vislumbrando novos paradigmas, novas teorias e uma nova realidade.

Avanços são observados, principalmente a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988 que possibilitou o surgimento e evolução das políticas públicas e gestão da educação, incluindo a Educação do Campo (PASSADOR E PASSADOR, 2011). A política de Educação do Campo, Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo - os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outras que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural -, em acordo às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e no citado Decreto (BRASIL, 2010).

Pelo Observatório da Educação lançado pela Capes, a educação escolar indígena, a educação escolar quilombola e a Educação do Campo carecem em aprimoramento contínuo de estudos e proposições sobre as respectivas diretrizes curriculares, projetos político-pedagógicos, formação inicial e continuada de professores, produção de material didático e outras especificidades dessas modalidades (CAPES, 2012).

A política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica contém princípios e objetivos necessários à formação de professores para a educação a distância – EaD (BRASIL, 2010). O uso de metodologias de EaD, a construção e atualização do projeto pedagógico dos cursos – PPCs de licenciatura pelas instituições de ensino superior públicas, com integração de recursos humanos, materiais, didáticos, pedagógicos, tecnológicos, financeiros, culturais, éticos, literários direcionados à Educação do Campo são considerados fundamentais para a promoção de diálogo, troca de saberes acadêmicos, e para a construção de conhecimentos contextualizados às propostas e temáticas inerentes à Educação do Campo.

Ao valorizar as modalidades de ensino presencial, semi-presencial e a distância, o Ministério da Educação – MEC divulga iniciativas de programas de Educação do Campo, e a Capes divulga iniciativas de programas em EaD que têm promovido de forma aberta e gratuita ao público interessado, como mostra as **Tabelas 1 e 2**, a seguir.

Tabela 1: Programas de Educação do Campo em execução – Iniciativas de ensino presencial em Educação do Campo do Ministério da Educação.

Programas	Descrição
Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo	O Pronacampo apoia de forma técnica e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.
Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo	O Procampo apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Cursos são ofertados pelas Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com organização curricular cumprida em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e habilitação para docência multidisciplinar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio em uma das áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e ciências agrárias.
Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo	O PNLD Campo apoia a distribuição de materiais didáticos específicos para os estudantes e professores do campo que permitam o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de forma contextualizada, em consonância com os princípios da política e as diretrizes operacionais da Educação do Campo na educação básica. Contempla aquisição e disponibilização de coleções com metodologias específicas voltadas a realidade do campo e com conteúdos curriculares que favoreçam a interação entre os conhecimentos científicos e os saberes das comunidades.
Plano de Desenvolvimento da Escola – PDDE Interativo	O PDDE Interativo apoia ações de formação de profissionais do magistério da educação básica pública, em atendimento às demandas de formação continuada: capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica. Para a Educação do Campo foram disponibilizados os cursos: Educação do Campo, educação quilombola, EJA Saberes da Terra, classes multisseriadas e educação integral.
Programa Mais Educação – PME Campo	O PME Campo contribui para a estruturação da proposta de educação integral nas escolas do campo e de comunidades quilombolas, por meio da disponibilização de recursos específicos para a ampliação da jornada escolar, integrando atividades de acompanhamento pedagógico e enriquecimento curricular nas diversas áreas do conhecimento. A proposta do Programa contempla os macrocampos: Acompanhamento pedagógico; Agroecologia; Iniciação Científica; Educação em Direitos Humanos; Cultura e Arte Popular; Esporte e Lazer; Memória e História das Comunidades Tradicionais.
Publicações – Educação do Campo	São exemplos de publicações: Guia do PNLD Campo, Caderno pedagógico educadoras e educadores, Caderno pedagógico educandas e educandos.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de MEC (2017).

Tabela 2: Programas de Educação a Distância em execução – Iniciativas de educação a distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Programas	Descrição
Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB	O Sistema UAB é integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. Prioritariamente, os professores que atuam na educação básica da rede pública são atendidos, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor a distância	O Parfor a distância é um programa nacional implantado pela Capes desde maio de 2012, em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com as Instituições de Ensino Superior – IES, para oferta de cursos na modalidade a distância pela Plataforma Paulo Freire, no âmbito do Sistema UAB, para professores ou profissionais em exercício nas redes públicas de educação.
Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Educação Básica – PROEB semi-presencial	No PROEB são ofertados mestrados profissionais em rede nacional no formato semi- presencial voltados a professores da educação básica nas áreas de: Matemática – Profmat; Letras – Profletras; Ensino de Física – ProFis; Artes – ProfArtes; História – ProfHistória; Educação Física – ProEF; Química – ProfQui; Filosofia – Prof-Filo; e Ensino de Biologia – ProfBio.
Plano Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP	O PNAP tem por objetivo selecionar e acolher adesões à oferta de cursos na área da Administração Pública no âmbito do Sistema UAB: bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal, especialização em Gestão Ambiental em Municípios e especialização Gestão em Saúde.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Capes (2017).

O MEC por meio de seus programas tem promovido e oportunizado acesso de representantes da população do campo ao aprimoramento de seus estudos através da formação inicial e continuada. Segundo Sousa (2012) a Educação do Campo é fruto de experiência coletiva construída pelos movimentos e organizações de trabalhadores do campo, atentando para a concentração da terra e da propriedade como elementos estruturais geradores de desigualdades sociais históricas.

O conjunto dos programas apoiados e promovidos pela Capes insere-se em uma matriz educacional que articula três vertentes: formação de qualidade; integração entre pós-graduação, formação de professores e escola básica; como também, produção de conhecimento. Em 2007, com a expansão de suas atribuições, a instituição vem

assumindo uma visão sistêmica da educação. Assim, novas diretorias foram criadas, entre elas a Diretoria de Educação a Distância – DED (CAPES, 2017).

A Capes lançou em janeiro de 2015 o Edital nº 03/2015 voltado ao fomento à inovação para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de informação e comunicação em educação – TICs, no âmbito do Sistema UAB. Como objetivos desse edital tem-se: (i) incentivar a inovação pedagógica, tecnológica e de gestão educacional, por meio de desenvolvimento, aplicação, formação, disseminação e avaliação no uso das tecnologias de informação e comunicação – TICs na educação; e (ii) promover a melhoria da qualidade do ensino superior público (CAPES, 2015).

No cadastro de cursos do Sistema UAB – SisUAB foi encontrado somente 1 (um) curso cadastrado com o tema Educação do Campo: pós-graduação *lato sensu* ofertada pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Manaus / AM. No SisUAB há um banco de dados com informações sobre cursos de aperfeiçoamento, de extensão, de sequencial de complementos de estudo, de área básica de ingresso – ABI, de graduação – tecnológica, licenciatura, bacharelado, pós-graduação – especialização, mestrado, doutorado (SISUAB, 2017).

O sistema e-MEC contém a base de dados oficial de informações relativas às Instituições de Educação Superior públicas e privadas mantendo o cadastro atualizado dos cursos de graduação e pós-graduação integrantes do Sistema Federal de Ensino. Em consulta com o tema Educação do Campo, encontrou-se 60 registros de cursos de graduação (licenciatura), conforme consta na **Tabela 3**, a seguir.

Tabela 3 – Cursos de graduação (licenciatura) em Educação do Campo com áreas e habilitações conexas ofertados na modalidade presencial e a distância por instituições públicas e privadas.

Nome do curso	Quantidade por Modalidades	
	A distância	Presencial
Educação do Campo	2	33
Educação do Campo – Ciências da natureza	-	7
Educação do Campo – Ciências da natureza e matemática	-	5
Pedagogia – Educação do Campo	-	3
Educação do Campo – Ciências agrárias	-	2
Educação do Campo – Linguagens e códigos (artes e música)	-	2
Educação do Campo – Linguagens e códigos	-	1
Educação do Campo – Ciências humanas e sociais	-	1
Educação do Campo – Ciências agrárias e biologia	-	1
Educação do Campo – física e biologia	-	1
Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências sociais e humanas	-	1
Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da natureza	-	1
Total	2	58

Fonte: Elaboração dos autores a partir de e-MEC (2017).

Apenas 2 (dois) cursos são ofertados na modalidade ensino a distância, e estão em atividade pelas instituições públicas: Universidade Federal de Santa Maria – UFMS, Cachoeira do Sul / RS; e Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas / RS conforme descrição e detalhamento da **Tabela 4**.

Tabela 4 – Detalhamento dos cursos de graduação ofertados pela UFMS e UFPel.

IES	Carga horária (h/a)	Vagas autorizadas	Início de funcionamento	Periodicidade
UFMS	3.991	40	03/01/2009	Semestral
UFPel	3.320	150	06/03/2017	Semestral

Fonte: Elaboração dos autores a partir de e-MEC (2017).

A experiência metodológica do curso de licenciatura em Educação do Campo da UFPel, ofertado desde 2009 na modalidade a distância pelo Sistema UAB serve como modelo para a educação superior voltada às características das comunidades tradicionais (UFPel, 2016).

Em consulta no e-MEC pelo tema Educação do Campo foi encontrado 75 registros de cursos de pós-graduação (especialização) ofertados de forma presencial e a distância. A **Tabela 5** mostra os 8 (oito) cursos cadastrados ofertados a distância.

Tabela 5 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo e áreas conexas ofertados na modalidade a distância por instituições públicas e privadas.

MR	UF	IES	Pública ou privada	Nome do curso	Área	Situação	Carga-horária (h/a)
N	AM	IFAM	Pública	Educação do Campo	Educação	Ativo	465
NE	PB	UFPB	Pública	Agricultura familiar camponesa e Educação do Campo – residência	Agricultura e veterinária	Ativo	375
SE	MS	UFMS	Pública	Educação do Campo	Educação	Ativo	360
S	PR	UFPR	Pública	Educação do Campo	Educação	Ativo	360
SE	RJ	UCAM	Privada	Educação do Campo	Educação	Ativo	360
SE	SP	FESL	Privada	Educação do Campo	Educação	Ativo	467
S	PR	FAPI	Privada	Educação do Campo	Educação	Ativo	480
S	PR	FAEL	Privada	Educação do Campo	Educação	Ativo	451

Fonte: Elaboração dos autores a partir de e-MEC (2017).

Com exceção da região Centro-Oeste, as outras regiões brasileiras tem se empenhado para capacitação dos públicos já graduados. Esses resultados contribuem para a melhoria das carreiras e exercícios das profissões e trabalhos dos envolvidos de forma direta e indireta com a Educação do Campo.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor presencial e a distância, pela Plataforma Paulo Freire, é um exemplo do compromisso da Capes com equidade, redução de assimetrias e crescimento inclusivo do Brasil: na modalidade presencial, havia no ano 2012 um total de 18.720 professores da Educação

do Campo nos cursos de primeira licenciatura (Educação do Campo, e pedagogia – com ênfase em Educação do Campo). Isso corresponde a um percentual de cerca de 30% do total de alunos do programa. De acordo com dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC, grande parte dos professores do campo sem licenciatura era das regiões Norte (49,4%) e Nordeste (49,1%), locais onde o Parfor tem maior inserção, comprovando a significativa participação do programa na ampliação das oportunidades de formação superior dos docentes em exercício nas escolas do campo e do interior do País (CAPES, 2012). Para garantir uma educação de qualidade nas escolas rurais, uma opção para os professores do estado ou município, no sistema, é a realização de inscrição em cursos de Educação do Campo (MEC, 2009).

25 cursos de Agroecologia são oferecidos em 12 Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia – IFs e 13 Universidades nas modalidades tecnólogo e bacharelado. Os cursos de licenciatura em Educação do Campo e Pedagogia da Terra totalizaram 65 cursos ofertados em 40 diferentes instituições. Na região Centro-Oeste do país o número de candidatos a vagas nos cursos de Agroecologia e Educação do Campo foi maior que nas demais regiões, denotando a necessidade de abertura de mais cursos nessa região (GOMES, 2014).

O debate sobre a educação dos povos do campo é realizado pelo Movimento da Educação do Campo há mais de 15 anos, e tem como seus principais protagonistas integrantes de movimentos camponeses ligados às questões agrárias, que reivindicam políticas educacionais para o campo. Os dados revelam sentidos singulares sobre o educador do campo, visto como um sujeito capaz de causar mudanças sociais através de seu ato responsável com a luta por direitos e de uma prática pedagógica que integra conhecimento científico com a realidade social e cultural dos sujeitos envolvidos, possibilitando, assim, a formação de sujeitos críticos (ANGELO, 2013).

A atenção à alfabetização, à educação infantil, ao ensino fundamental, ao ensino médio, à educação de jovens e adultos – EJA, à educação escolar indígena, à educação escolar quilombola, à Educação do Campo, à educação e ação pedagógica, à educação e desenvolvimento, avaliação institucional e aprendizagem, às abordagens multidisciplinares de áreas de conhecimentos afins, às temáticas relacionadas à diversidade e aos desafios contemporâneos da educação brasileira, e às políticas públicas educacionais fortalece com linhas prioritárias da Capes e do MEC por meio da

Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena para as Relações Étnico-Raciais (CAPES, 2012).

São iniciativas como essas que despertam a proposição de ações, projetos e programas por quem é interessado em fortalecer o tema Educação do Campo nas esferas públicas e privadas. Iniciativas estas que perpassam cenários e realidades distintas, diversas, mas complementares, pela riqueza de ideias, relatos, contribuições e legados das gerações humanas de populações do campo presentes nos diferentes biomas e cenários geográficos nacionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Gomes (2014) a atuação na educação formal e não formal dos profissionais de Agroecologia e Educação do Campo está diretamente associada a disciplinas das Ciências Naturais e Agrárias, nas escolas de ensino fundamental e médio e na extensão rural por meio de metodologias participativas com grupos de agricultores familiares.

Outras modalidades, como a pedagogia da alternância na educação rural e agrícola, contribuem para a troca de experiências da educação pela agroecologia na Educação do Campo, favorecendo formação de educadores e facilitadores do campo.

Essa pesquisa exploratória não é exaustiva, necessitando assim a continuidade de pesquisas futuras, seja técnico-científica, de relatos de experiências técnica e popular, de análise bibliométrica com valorização da educação a distância – que ainda não é ofertada de forma ampla, visando a customização de seus recursos e funcionalidades para o ensino-aprendizagem, considerando as especificidades, diversidades e opções de modais de transportes das regiões e biomas brasileiros, e as tendências das políticas educacionais brasileiras.

Mesmo existindo muita deficiência ao acesso à Educação do Campo, as oportunidades de cursos de licenciatura, especialização, mestrado e doutorado em Educação do Campo, educação agrícola ou educação são realidades em algumas das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como apoio à capacitação e à formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica nas escolas rurais em municípios, estados e Distrito Federal.

As expertises das equipes multidisciplinares das instituições de ensino superior podem ser aprimoradas, unindo esforços para ampliar cada vez mais as experiências de

cursos ofertados na modalidade de ensino semi-presencial e a distância, com um foco na oferta de cursos de graduação e pós-graduação em Educação do Campo, de forma institucional, perpassando propostas e regimentos de cursos à aprovação das altas instâncias da instituição, em respeito ao plano de desenvolvimento institucional, à missão da instituição, e às legislações educacionais vigentes.

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Ministério da Educação, o Observatório da Educação, o Programa de Extensão Universitária - PROEXT com ênfase na inclusão social têm representado e fortalecido a educação no Brasil, em suas diferentes áreas e recortes, e implementação de políticas públicas para o fomento a planos, programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação voltados à valorização e melhoria do magistério e educação pública brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ANGELO, Aline Aparecida. **O que é ser educador do campo: os sentidos construídos pelos estudantes do curso de licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG.** 2013.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005** – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____ Casa Civil da Presidência da República. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010** – Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o programa nacional de educação na reforma agrária.

_____ Casa Civil da Presidência da República. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017** – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm

_____ Casa Civil da Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Diretoria de formação de professores da educação básica – DEB.** 2012.

_____ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Fomento à inovação para o desenvolvimento e aplicação de Tecnologias de Informação e**

Comunicação em Educação, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. 2015.

_____ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de áreas de conhecimento/avaliação.** 31/01/2017.

CFA. Conselho Federal de Administração. **Cursos conexos à administração.** 27/04/2017.

e-MEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados – graduação e especialização.** 2017.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Geografia e agricultura: um estudo sobre a geografia agrária brasileira.** 2000.

_____ Darlene A. de Oliveira. **Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização.** Terra livre, São Paulo, nº 16, 2001.

GOMES, Thiago Oliveira. **Formação superior em agroecologia e Educação do Campo: práticas sociais que transbordam áreas de conhecimento.** 2014.

MEC. Ministério da Educação. **Inscrições para cursos serão encerradas na segunda-feira: Educação do Campo e ambiental.** 2009.

_____ Ministério da Educação. **Portal MEC.** 2017.

_____ Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016 –** Estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. 2016.

PASSADOR, Cláudia Souza e PASSADOR, João Luiz. **Educação no Campo: um estudo das relações entre perfil socioeconômico, desempenho escolar e evasão dos alunos das escolas da rede pública no Brasil.** 2011.

SEDFOR-UFMS. **A SEDFOR.** 2017. Disponível em: <https://sedfor.ufms.br/a-sedfor/>

SISUAB. Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Consultar cursos.** 2017.

SOUSA, Maria Antônia. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais.** Educ. Soc. vol.33 no.120 Campinas July/Sept. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300006

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação do Campo.** Cursos de extensão e aperfeiçoamento, 2012.

UFPel. Universidade Federal de Pelotas. **Curso de licenciatura em Educação do Campo compartilha experiências em educação a distância - EaD.** 24/11/2016.